



MEDIEVALISTA

N.º 37 | Janeiro – Junho 2025

ISSN 1646-740X

**Da mesquita à catedral, percurso por um lugar central em
Lisboa**

**From the mosque to the cathedral, route through a central place
in Lisbon**

Jacinta Bugalhão

Movimento Cívico @ApoiarSedeLisboa2022
Associação dos Arqueólogos Portugueses
Património Cultural, I.P.
1200 Lisboa, Portugal

jacintabugalhao@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-8348-5178>

Data recepção do artigo / Received for publication: 4 de Dezembro de 2024

DOI: <https://doi.org/10.4000/134bg>

RESUMO

No presente texto procura-se apresentar, de forma muito sintética, os dados históricos, arqueológicos e urbanísticos que concorrem para a hipótese aqui sustentada: a mesquita aljama de *al-Ushbuna* localizava-se no local onde hoje se implanta a Sé Catedral de Lisboa. A construção do templo cristão representa um exemplo clássico de reversibilidade dos espaços sagrados urbanos, entre o Gharb al-Andalus e o medieval reino de Portugal. Sob o claustro e o aterro que o infra-estrutura, a nascente da Catedral, conservam-se ruínas de um monumental edifício de época islâmica que se interpreta como complexo da mesquita aljama de *al-Ushbuna*.

Palavras-chave: Lisboa; arqueologia; período medieval islâmico; mesquita; urbanismo.

ABSTRACT

This paper seeks to present, in a very synthetic way, the historical, archaeological and urban data that contribute to the hypothesis: the Aljama mosque of *al-Ushbuna* was in the place where the Lisbon Cathedral is located today. The construction of Christian church represents a classic example of the reversibility of urban sacred spaces, between the Gharb al-Andalus and the medieval kingdom of Portugal. Under the cloister and the embankment that provides the infrastructure, to the east of the Cathedral, ruins of a monumental building from the Islamic period are preserved which is interpreted as the aljama mosque complex of *al-Ushbuna*.

Keywords: Lisbon; archaeology; Islamic medieval period; mosque; urbanism.



1. Enquadrando o tema

Entre 2018 e 2022, no Claustro da Sé de Lisboa, decorreram trabalhos arqueológicos no âmbito do “Projeto de Recuperação e Valorização da Sé Patriarcal de Lisboa - 2ª Fase. Instalação do Núcleo Arqueológico e Recuperação do Claustro da Sé de Lisboa”. A escavação incidu sobre a faixa Sul do Claustro, em área liberta para intervenção apenas durante a obra. Os trabalhos propiciaram a descoberta de um monumental edifício de época islâmica, de que já se conheciam os compartimentos localizados a cota superior, a Norte. A execução do projecto implicava a destruição integral dos contextos então descobertos. O caso deu origem a um intenso movimento cívico de defesa patrimonial, que conseguiu salvar da destruição iminente aquelas ruínas¹, embora uma parte considerável tenha sido sacrificada e a visibilidade do conjunto se encontre, infelizmente, seriamente comprometida. Mas a identificação deste conjunto patrimonial propiciou, igualmente, um animado debate científico sobre a interpretação das ruínas, que se considera, apenas, a florado. De facto, os resultados dos trabalhos encontram-se ainda totalmente inéditos no que à publicação científica diz respeito, tendo ocorrido apenas apresentações públicas dos resultados². Estas apresentações constituem, aliás, até ao momento, a única fonte pública credível,

¹ Com notória e múltipla expressão pública desde Setembro de 2020; a partir de Junho de 2022, em movimento informal espontaneamente constituído <https://www.facebook.com/ApoiarSedeLisboa2022>.

² GASPAR, Alexandra; GOMES, Ana – “Arqueologia e Valorização das ruínas da Sé de Lisboa”. Comunicação apresentada no *Encontro “Investigação Arqueológica e Turismo”*, 14 de Outubro de 2020, Auditório do Museu do Aljube Resistência e Liberdade; GASPAR, Alexandra; GOMES, Ana – “Aproximação ao estudo da mesquita aljama de Lisboa de época Almorávida - fontes escritas, modelos e leitura arqueológica”. Comunicação apresentada no *Simposio Internacional “La Mezquita de los Viernes en al-Andalus: novedades arqueológicas y perspectivas actuales”*, 13 e 14 de Dezembro de 2021; GASPAR, Alexandra; GOMES, Ana – “Claustro da Sé Catedral, leitura arqueológica”. Intervenção na *Mesa Redonda online “As obras do claustro da Sé: Património e Projecto”* organizada por Centro de História e o Centro de Arqueologia (UNIARQ) da Universidade de Lisboa e pelo Gabinete de Estudos Orlisiponenses (GEO) da Câmara Municipal de Lisboa, 10 de Janeiro de 2022. Disponível em: <https://www.facebook.com/gabinetedestudosolisiponenses/videos/1707073422834477> (min 15’); GASPAR, Alexandra; GOMES, Ana – “Claustro da Sé de Lisboa – espaços públicos de diferentes cidades”. Palestra incluída no *Ciclo de Palestras “Segredos da Colina”*, 22 de Junho de 2022, Museu do Teatro, Romano, Museu de Lisboa, EGAEAC. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=2SpEibin2Q>; GASPAR, Alexandra; GOMES, Ana – “Resultados das escavações arqueológicas realizadas no Claustro da Sé de Lisboa e o seu contributo para o estudo dos espaços de culto”. Comunicação apresentada no *Colóquio Internacional Reversibilidade dos Espaços Sagrados. Al-Andalus e Mediterrâneo Ocidental (séculos XI-XIII). Reversing Sacred Spaces. Al-Andalus, Western Mediterranean (11th-13th centuries)*, 2 a 4 de Março de 2023, Lisboa.

aceitável e disponível para a discussão científica, a que se juntam, de acesso muito limitado, documentos de arquivo, consultáveis, pelo menos em teoria e de acordo com a legislação aplicável, nos arquivos do Património Cultural, Instituto Público, no Palácio Nacional da Ajuda, em Lisboa.

Ainda sobre os resultados desta intervenção arqueológica, deve sublinhar-se que se encontram sob reserva científica. A intervenção arqueológica preventiva e plurianual que decorreu no Claustro da Sé de Lisboa terminou em Julho de 2022, relativamente aos trabalhos de escavação arqueológica e apenas em Abril de 2024, no que respeita a acompanhamento arqueológico de obra e de intervenção de conservação e restauro de estruturas arqueológicas (aliás, decorrem ainda acções complementares e pontuais). Assim, de acordo com o estipulado no artigo 10.º do Regulamento de Trabalhos Arqueológicos vigente (Decreto-Lei n.º 164/2014 de 4 de Novembro), os resultados dos trabalhos encontram-se sob reserva científica até à publicação dos resultados, por um prazo de três anos após a conclusão dos trabalhos de campo, ou seja até 2026, podendo este prazo ser ainda prorrogado, mediante requerimento fundamentado da direcção científica. A titularidade do direito de reserva científica pertence, apenas e lamentavelmente, à arqueóloga Ana Gomes, co-directora científica dos trabalhos, na sequência do recente desaparecimento, após doença prolongada, da arqueóloga Alexandra Gaspar, igualmente, co-directora científica dos trabalhos.

Assim, a informação científica disponível para o debate *inter pares* sobre a interpretação dos contextos exumados é necessariamente reduzida, o que, não o impossibilitando, se traduz, necessariamente, numa limitação substancial. Repita-se: de facto, os resultados destes trabalhos arqueológicos não mereceram ainda nenhum tipo de publicação científica; tal é factual e incontestável. Poder-se-á, evidentemente, considerar que a relevância dos contextos em causa mereceria já alguma publicação científica, ainda que preliminar. Considera-se, contudo, que as particularidades deste caso, a sua complexidade, a conflituosidade do projecto, que ainda decorre e, principalmente, a situação pessoal de uma das responsáveis científicas, explicam, da forma o mais incontestável possível, infelizmente, a ausência de publicação.

Ainda assim, e entre os limites descritos, o debate científico decorreu, a nível essencialmente informal. E nesse âmbito, em 2021, foi apresentada no III Encontro de Arqueologia de Lisboa, por Mário Varela Gomes e Rosa Varela Gomes, a comunicação “Onde está a mesquita aljama de Lisboa? Da desconstrução de um mito urbano aos equívocos da interpretação arqueológica”³. Eventualmente pelo facto da publicação das actas deste encontro tardarem, o texto relativo a esta comunicação foi recentemente publicado, pelos seus autores, no último número da revista *Portvgália*⁴. Este texto mistura o já mencionado incipiente debate científico possível, com opinião sobre o movimento cívico de defesa da preservação e adequada musealização das ruínas islâmicas identificadas sob o Claustro da Sé de Lisboa. É uma opção discutível e que, por isso, se discute no texto que aqui se apresenta, que pretende, essencialmente, prosseguir o debate científico em torno da interpretação daqueles achados.

2. Debate científico e defesa do Património

Quando no espaço público ocorre um movimento de defesa patrimonial, reagindo ao risco em que se encontra um elemento patrimonial, é inevitável a ponderação de valor desse bem. Se é valioso, deve ser preservado; se não tem valor, pode perder-se materialmente. Dito assim, parece simples, mas esta situação-tipo encerra o mais complexo dilema que se coloca à sociedade contemporânea no que ao Património histórico e cultural material imóvel diz respeito. Pelo contrário, o discurso no espaço público e mediático (tradicional ou cibernético) é rápido, telegráfico e simplista. As fórmulas e formulações de um movimento público de “luta” pela defesa do Património não seguem os cânones do debate científico, são espontâneas e livres, muitas vezes, generalistas e imprecisas.

³ GOMES, Mário Varela; GOMES, Rosa Varela – “Onde está a mesquita aljama de Lisboa? Da desconstrução de um mito urbano aos equívocos da interpretação arqueológica”. Comunicação apresentada ao III Encontro de Arqueologia de Lisboa, *Arqueologia na Cidade*, 18 e 19 Novembro 2021, Teatro Aberto, Lisboa.

⁴ GOMES, Rosa Varela; GOMES, Mário Varela – “Onde está a mesquita aljama de Lisboa? Da construção de um mito urbano aos equívocos da Arqueologia”. *Portvgália*. Nova Série, 45 (2024), pp. 61-87. DOI: <https://doi.org/10.21747/09714290/port45a5>.

É certo que os dois planos estão relacionados, pois a defesa patrimonial depende necessariamente da referida valoração (atribuição de valor) dos bens e para esta concorre a interpretação científica dos mesmos. Mas, do ponto de vista instrumental, a amálgama, num mesmo discurso, da discussão científica, histórica e arqueológica, sobre um contexto ou determinado tema, e a defesa patrimonial desse contexto, com vista à sua preservação, exposição e disponibilização à fruição pública, não só é pouco ortodoxa, como não apresenta qualquer benefício.

Em 2020 e também em 2022, arqueólogos e historiadores defensores da preservação das ruínas islâmicas identificadas no Claustro da Sé de Lisboa referiram-nas como mesquita e complexo da mesquita porque estavam (estão) cientificamente convictos que o edifício monumental ali conservado integra o complexo da mesquita aljama de *al-Ushbuna*. Importa referir que ninguém defendeu ter sido encontrada a sala de oração, o *mirhāb*, ou a *qibla*. Mas apenas compartimentos, elementos estruturais de um mesmo edifício e complexo edificado.

Nesse pressuposto agiram, e ninguém deve ser criticado por defender as suas convicções. O movimento cívico espontâneo de defesa daquele valiosíssimo património adoptou esta convicção, de boa-fé e com honestidade.

Deve ressaltar-se que, neste processo, também se manifestaram publicamente arqueólogos e historiadores defensores da preservação das ruínas islâmicas identificadas no Claustro da Sé de Lisboa que não concordam com a sua interpretação como mesquita ou complexo da mesquita, mas que advogaram, do mesmo modo, o seu elevado valor patrimonial.

Por fim, há dois arqueólogos e especialistas, Mário Varela Gomes e Rosa Varela Gomes, que não só recusam que aquelas ruínas se relacionem com a mesquita aljama de *al-Ushbuna*, que recusam se localize sob a Sé de Lisboa, como não lhes atribuem valor patrimonial. Consideraram, portanto, que as ruínas podiam, sem sobressalto, ser destruídas.

O movimento cívico de defesa das ruínas islâmicas conservadas sob o Claustro da Sé de Lisboa, mormente, a participação de especialistas, arqueólogos e historiadores, neste movimento, é complexo, não é linear, nem unívoco e não está isento de crítica.

Não é intocável. Se há no espaço público quem ache, e há, como se depreende pela leitura do artigo mencionado, que o movimento é criticável e agiu de forma reprovável, pode e deve criticá-lo.

O que aqui se discute é a mescla desse comentário com o debate científico. Ciência é ciência; defesa do Património é, pois claro, defesa do Património. E sobre a violentas e desbragadas críticas desferidas ao movimento cívico de defesa do Património e aos especialistas, arqueólogos e historiadores que nele participaram, aqui não se tratará. Tal ficará para outra ocasião. Há que ser auto-exigente e não se cairá no erro que se atribui aos autores.

Aqui tem lugar o debate científico – interpretação dos vestígios arqueológicos medievais-islâmicos conservados sob o Claustro da Sé de Lisboa - e somente na exacta medida em que este é possível, no momento presente. E sobre a argumentação científica sustentada por Mário Varela Gomes e Rosa Varela Gomes, se abordará a forma e a substância.

2.1. Forma

No artigo “Onde está a mesquita aljama de Lisboa? Da desconstrução de um mito urbano aos equívocos da interpretação arqueológica”⁵, os autores referem-se aos trabalhos arqueológicos no Claustro da Sé, nomeadamente à sua direcção científica, de forma imprecisa e inexacta, o que constitui um desrespeito objectivo pelos arqueólogos que dirigiram os trabalhos. Entre 1990 e 1994, os trabalhos arqueológicos foram dirigidos por José Luís Martins de Matos e Clementino José Gonçalves Amaro; e entre 1995 e 1999, por Clementino José Gonçalves Amaro e Maria Alexandra de Medeiros Lino Gaspar. As campanhas de 2004-2005, 2010-2011 e 2018-2023, tiveram a direcção científica de Maria Alexandra de Medeiros Lino Gaspar (não obstante, na última destas campanhas, o afastamento compulsivo desta, pela DGPC, em Fevereiro de 2022) e Ana Maria Marques Gomes.

O artigo dedica-se à interpretação das ruínas medievais-islâmicas identificadas sob o Claustro da Sé de Lisboa. Os autores lamentam que os resultados da intervenção arqueológica decorrida entre 2018 e 2024 estejam inéditos. Todos gostaríamos que

⁵ GOMES, Mário Varela; GOMES, Rosa Varela – “Onde está a mesquita aljama de Lisboa?”, p. 68.

o processo de investigação e publicação fosse mais célere. Mas a realidade é o que é, os resultados destes trabalhos não estão publicados, mas também é verdade, como já referido, que decorre ainda o prazo em que estes permanecem sob reserva científica. Lamentam os autores: “três décadas depois de se terem iniciado as escavações na zona do claustro da Sé de Lisboa, e gasto cerca de três milhões de euros, os seus resultados continuam desconhecidos”⁶. Esta afirmação é incorrecta e inexata; os trabalhos realizados no sítio arqueológico entre 1990 e 2011 foram objecto de publicação científica⁷ e as escavações arqueológicas no Claustro da Sé de

⁶ GOMES, Rosa Varela; GOMES, Mário Varela – “Onde está a mesquita aljama de Lisboa?”, pp. 77-78.

⁷ AMARO, Clementino – “Vestígios materiais orientalizantes do claustro da Sé de Lisboa”. In *Os Fenícios no território português (Estudos Orientais, IV)*. Lisboa: Instituto Oriental, 1993, pp. 183-192; MATOS, José Luís de – “As escavações no interior dos Claustros da Sé de Lisboa e o seu contributo para o conhecimento das origens de Lisboa”. In MOITA, Irisalva (dir.) - *O Livro de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1994, pp. 81-87; MATOS, José Luís de – “Romanização de Lisboa. Trabalhos arqueológicos na sé de Lisboa”. In *Actas das V Jornadas Arqueológicas*, vol. 1. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 1994, pp. 223-225; AMARO, Clementino – “Urbanismo Tardo-Romano no Claustro da Sé de Lisboa”. In *Actas da IV Reunião de Arqueologia Cristã Hispânica (Lisboa, 1992)* (Monografies de la Secció Histórico-Arqueológica, IV). Barcelona: Institut d'Estudis Catalans/Universitat de Barcelona/Universidade Nova de Lisboa, 1995, pp. 337-342; AMARO, Clementino; MATOS, José Luís de – “Trabalhos Arqueológicos no Claustro da Sé de Lisboa - Notícia Preliminar”. In FILIPE, Maria da Graça; RAPOSO, Jorge Manuel C. (coord.) - *Ocupação romana dos estuários do Tejo e do Sado. Actas das primeiras Jornadas sobre Romanização dos Estuários do Tejo e do Sado*. Seixal/Lisboa: Câmara Municipal do Seixal/Publicações Dom Quixote, 1996, pp. 199-214; AMARO, Clementino, “Arqueologia Islâmica em Lisboa: um percurso possível”, In MACIAS, Santiago; TORRES, Cláudio (coord.) - *Portugal Islâmico. Os últimos sinais do Mediterrâneo*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, 1998, pp. 61-71; MARINHO, José Rodrigues – “A moeda no Gharb al-Ândalus”. In TORRES, Cláudio; MACIAS, Santiago (coord.) - *Portugal Islâmico. Os últimos sinais do Mediterrâneo*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, 1998, pp. 175-184; MATOS, José Luís de - *Lisboa Islâmica*. Lisboa: Instituto Camões, 1999; ARRUDA, Ana Margarida - *Los Fenícios en Portugal. Fenícios y mundo indígena en el centro y sur de Portugal (siglos VIII-VI a.C.)* (Cadernos de Arqueología Mediterránea, 5-6). Barcelona: Publicaciones del Laboratorio de Arqueología de la Universidad Pompeu Fabra de Barcelona/Carrera Edició, 1999-2000, pp. 114-127; ARRUDA, Ana Margarida; FREITAS, Vera Teixeira de; VALLEJO SÁNCHEZ, Juan I. - “As cerâmicas cinzentas da Sé de Lisboa”. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 3/2 (2000), pp. 25-59; AMARO, Clementino - “Presença Muçulmana no Claustro da Sé de Lisboa. Três contextos com cerâmica islâmica”. In *Garb, Sítios Islâmicos do Sul Peninsular*. Lisboa: IPPAR/Junta de Extremadura, 2001, pp. 165-197; MATOS, José Luís - “Lisboa islâmica”. In *Actas do Colóquio “Lisboa, encruzilhada de Muçulmanos, Judeus e Cristãos” (850º Aniversário da Reconquista de Lisboa)* (Arqueologia Medieval, 7). Porto/Mértola: Edições Afrontamento/Campo Arqueológico de Mértola, 2001, pp. 79-87; GASPAS, Alexandra; GOMES, Ana - “Cerâmicas comuns da Antiguidade Tardia provenientes do Claustro da Sé de Lisboa, Portugal”. In GONÇALVES, Maria José; GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana (eds.) - *X Congresso Internacional a Cerâmica Medieval no Mediterrâneo*, Silves, 22-27 de Outubro de 2012. Silves: Câmara Municipal de Silves, 2015, pp. 851-860; GASPAS, Alexandra; GOMES, Ana - “Ocupação medieval na Sé de Lisboa”. In FONTES, João Luís Inglês; OLIVEIRA, Luís Filipe; TENTE, Catarina; FARELO, Mário; MARTINS, Miguel Gomes (coord.) - *Lisboa Medieval. Gentes, Espaços e Poderes*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2016, pp. 113-28; GASPAS, Alexandra; GOMES, Ana - “Pavimentos do espaço público de época romana da Sé de Lisboa”. In FERNANDES, Lúcia; BUGALHÃO, Jacinta; FERNANDES, Paulo Almeida, eds. - *Debaixo dos Nossos Pés. Pavimentos históricos de Lisboa*. Lisboa: Museu de Lisboa, 2017, pp. 116-117; GASPAS, Alexandra; GOMES, Ana - “As Ruas da Sé de Lisboa”. In FERNANDES, Lúcia; FERNANDES, Paulo Almeida, eds. - *Lisboa Romana Felicitas Iulia Olisipo. A capital urbana de um município de cidadãos romanos. Espaço(s) de representação de cidadania*. Lisboa: Caleidoscópio/Câmara Municipal de Lisboa, 2020, pp. 105-109.

Lisboa não custaram “cerca de três milhões de euros”, valor correspondente às pesadas derrapagens orçamentais do projecto e da obra, negligentemente conduzidos pela DGPC.

A ausência de publicação científica de dados arqueológicos conduz os autores ao recurso às observações directas que fizeram dos vestígios, em visitas ao local durante os trabalhos, mas, principalmente, a documentos técnicos internos produzidos pelas arqueólogas directoras científicas, Alexandra Gaspar e Ana Gomes, durante a intervenção e a obra. São documentos de arquivo da DGPC, não publicados. Os autores referem que são “documentos facultados pela Direcção-Geral do Património Cultural, sem reservas, tendo em vista elaborarmos parecer solicitado pelo seu Director-Geral de então, Eng^o Bernardo Alabaça, sobre os vestígios arqueológicos exumados”⁸. Em diversos momentos, são apontadas falhas técnicas e científicas ao conteúdo destes documentos. Esta metodologia merece severa crítica.

Em primeiro lugar, os autores fazem uso de fontes inacessíveis à comunidade científica, bem como citam, ao seu critério, documentos de arquivo que não são públicos. O debate científico decorre com base a fontes publicadas. As fontes arquivísticas são, obviamente, aceitáveis, mas o seu recuso exclusivo é de evitar, pois impossibilita materialmente o exercício do contraditório.

Pelo que se compreende, os documentos em causa – “informações técnicas”, “notas técnicas” e “relatórios preliminares” - revestem-se, necessariamente, de natureza preliminar e têm um carácter mais técnico (e por vezes até burocrático-administrativo) que científico. São intercalares e produzidos com propósito de relatar e propor acções concretas e imediatas, de terreno, na intervenção em curso. Podem ser utilizados como fontes primárias complementares, mas não é correcto, ético, ou justo utilizá-los como produção científica, propriamente dita.

Por outro lado, a utilização abusiva dos dados constantes em documentação de arquivo, bem como a publicação de peças gráficas e fotografias, inéditos, pode considerar-se, de facto, uma violação dos direitos de reserva científica detidos,

⁸ GOMES, Rosa Varela; GOMES, Mário Varela – “Onde está a mesquita aljama de Lisboa?”, p. 71.

presentemente por Ana Gomes. Mário Varela Gomes e Rosa Varela Gomes defendem-se afirmando que os documentos lhes foram facultados pela Direcção-Geral do Património Cultural (DGPC) “sem reservas” (*sic*, seja qual for o significado atribuído à expressão), mas tal não corresponde à realidade. De facto, e claramente, os documentos foram facultados aos autores pela DGPC “tendo em vista elaborarmos parecer solicitado pelo seu Director-Geral”, ou seja, os limites à utilização da informação em causa decorrem do propósito e contexto em que ocorreu a cedência de informação. A Direcção-Geral do Património Cultural não pretendia, certamente, conceder aos peritos aos quais pediu parecer, uma “licença” para violarem o RTA e publicarem dados inéditos e sob reserva científica. Considera-se, assim, a utilização dos dados e registos, assim obtidos, abusiva, errada e um excesso da confiança institucional que foi concedida pelo Estado aos autores.

Ainda a este respeito, opinam Mário Varela Gomes e Rosa Varela Gomes: “constitui importante óbice à melhor caracterização funcional e cronológica dos testemunhos arqueológicos que temos vindo a referir, a completa ausência de enumeração e de classificação dos espólios exumados, tanto de artefactos como de ecofactos. A obtenção de datações absolutas, pelo método de radiocarbono, seria, sem dúvida outro importante auxiliar para se responder, como todos os arqueólogos devem pretender, às questões: quem fez isto? a que tempo é que pertence? e qual a sua função?”⁹. Como assim? Os resultados dos trabalhos arqueológicos realizados entre 2018 e 2023 sob o Claustro da Sé de Lisboa estão inéditos; não estão publicados. Como podem ser omissos, se não existem? Como sabem se não existem “enumeração e (...) classificação dos espólios exumados”, ou “datações absolutas, pelo método de radiocarbono”?

São citados outros documentos inacessíveis à comunidade científica, como os pareceres pelos peritos consultados pela DGPC, Santiago Macias, Félix Arnold e os próprios Rosa Varela Gomes e Mário Varela Gomes (que subscrevem em conjunto um parecer)¹⁰. Também neste caso, a comunidade científica não pode confrontar

⁹ GOMES, Rosa Varela; GOMES, Mário Varela – “Onde está a mesquita aljama de Lisboa?”, p. 77.

¹⁰ GOMES, Rosa Varela; GOMES, Mário Varela – “Onde está a mesquita aljama de Lisboa?”, p. 75.

argumentos e ponderar distintas opiniões, o que constitui pesado obstáculo ao debate científico sério.

Mas o caso mais extraordinário ocorre com a atribuição de cronologia a uma peça recolhida nos trabalhos arqueológicos: “espada, recolhida em esgoto que ali corria, foi atribuída, pelo Doutor Álvaro Soler del Campo, a finais do século XIII ou a meados do século XIV, informação que, amavelmente, nos foi transmitida pelo Professor Doutor João Gouveia Monteiro (U.C.), a quem agradecemos”¹¹. É difícil, até, perceber o que aconteceu. Os investigadores Álvaro Soler del Campo e João Gouveia Monteiro foram contactados, informalmente, a pedido das directoras científicas (informação oral de Ana Gomes), para o estudo da peça. Aparentemente, o que ocorre normalmente entre colegas, houve comentários, “conversa”, entre estes investigadores e os autores, cujo presumível conteúdo foi agora publicado na *Portvgalia*. Não há como enunciá-lo de forma distinta: não se faz! É errado! E qual a validade científica de uma informação assim produzida e divulgada? Nenhum!

Sobre os resultados dos trabalhos arqueológicos em causa, a referenciação de itens disponíveis à consulta pública ocorre em relação a “publicação recente”¹² (das directoras científicas dos trabalhos no local), que não é explicitada. Mais uma vez, a ausência de referenciação impede o confronto, o contraditório.

Por fim, são “citados” diversos artigos de opinião na comunicação social. Ora, artigos de opinião não são bibliografia, nem devem ser citados como tal; tal é incorrecto, desrespeitoso e abusivo.

2.2. Substância

Rosa Varela Gomes e Mário Varela Gomes consideram o fenómeno da *reversibilidade dos espaços sagrados*¹³ um preconceito da comunidade científica, histórica e

¹¹ GOMES, Rosa Varela; GOMES, Mário Varela – “Onde está a mesquita aljama de Lisboa?”, p. 76.

¹² GOMES, Rosa Varela; GOMES, Mário Varela – “Onde está a mesquita aljama de Lisboa?”, p. 71.

¹³ Recorre-se à feliz nomenclatura adoptada no *Colóquio Internacional Reversibilidade dos Espaços Sagrados. Al-Andalus e Mediterrâneo Ocidental (séculos XI-XIII). Reversing Sacred Spaces. Al-Andalus and Western Mediterranean (11th-13th centuries)*, realizado em 2 a 4 de Março de 2023, em Lisboa; “forma simbólica de tomada de posse política e social (...) reafecção dos espaços sagrados, com a transformação de muitas mesquitas em igrejas”. Nesse colóquio procurou-se responder “como e qual a extensão desse processo” (<https://www.centrodehistoria-flul.com/abertura/coloquio-internacional-reversibilidade-dos-espacos-sagrados-al-andalus-e-o-mediterraneo-ocidental-seculos-xi-xiii-2-4-de-marco-de-2023>).

arqueológica, em geral. Consideram que a mesquita aljama de *al-Ushbuna* não se localizava no espaço onde foi erigida a Sé¹⁴, mas sim na alcáçova. Consideram finalmente que os vestígios arquitectónicos identificados no Claustro da Sé não têm qualquer relação com a mesquita aljama de *al-Ushbuna*.

De forma muito esquemática, os argumentos apresentados são: a reversibilidade dos espaços sagrados entre a dominação islâmica e os reinos cristãos¹⁵ é um mito não comprovado, que ocorre, mas raramente; a fonte documental - o cruzado¹⁶ - refere-se à mesquita, mas não diz onde esta se localiza; o terreno onde as ruínas se implantam é muito desnivelado; o lugar era pouco visível no espaço urbano; não foram identificados elementos de mesquita - *mirhāb*, *qibla*, minarete, etc.; as ruínas não têm qualidade; as ruínas não estão orientadas para Meca; não se recolheram elementos arquitectónicos, nem materiais de construção de qualidade, típicos “de mesquita”; as estruturas têm “tipologias e aparelhos construtivos cristãos”¹⁷.

Como hipótese mais provável, Rosa Varela Gomes e Mário Varela Gomes propõem que a mesquita aljama de *al-Ushbuna* se situaria na alcáçova porque: é um lugar muito visível no espaço urbano; localizava-se junto ao “palácio” e há muitos “paralelos”. Embora para esta hipótese não haja nem referências documentais, nem vestígios arqueológicos (com muita ou pouca qualidade, orientação, *mirhāb*, *qibla*, minarete, elementos arquitectónicos ou outros materiais de construção)¹⁸.

¹⁴ “O presente texto não pretende colocar hipóteses sobre a localização da antiga mesquita principal de Lisboa, o que pode parecer contrariar o seu título, mas sim demonstrar arqueologicamente que ela não se erguia no local onde hoje se encontra a Sé” (GOMES, Rosa Varela; GOMES, Mário Varela – “Onde está a mesquita aljama de Lisboa?”, p. 63).

¹⁵ A propósito desta fase de transição, estranha-se o recurso ao conceito/termo “reconquista cristã”. (quando terá ocorrido a primeira e original conquista?) Este, sim, verdadeiro, ideológico e enraizado preconceito, frequentemente reproduzido, mecânica e acriticamente.

¹⁶ *A conquista de Lisboa aos mouros: relato de um cruzado*. Edição, tradução e notas de Aires A. Nascimento; introdução de Maria João Branco. Lisboa: Vega, 2001, pp. 140-141.

¹⁷ GOMES, Rosa Varela; GOMES, Mário Varela – “Onde está a mesquita aljama de Lisboa?”, p. 76.

¹⁸ Menos argumentos do que qualquer dos autores referidos no artigo muito criticamente apresentaram ao problematizar a eventual existência de mesquitas em diversos locais do al-Andalus. A dualidade de critérios está especialmente documentada na proposta sobre a localização de mesquita de Silves: “testemunhos da mesquita maior de Silves haveriam de surgir em zona alta da cidade, nas proximidades da alcáçova, de onde provém bonito bocal de poço monolítico, de grés vermelho, com iconografia representando duas mesquitas e outros símbolos, provavelmente pertencente à madrasa” (GOMES, Rosa Varela; GOMES, Mário Varela – “Onde está a mesquita aljama de Lisboa?”, p. 66), em tudo idêntica, ou talvez menos expressiva, que as propostas de outros, consideradas abusivas.

Posição distinta tem a autora deste texto. No presente trabalho sustenta-se que o local de implantação da Sé de Lisboa corresponde à localização mais plausível da mesquita aljama de *al-Ushbuna*. Os argumentos que suportam esta proposta referem-se essencialmente ao conhecimento holístico de Lisboa arqueológica, numa perspectiva diacrónica e, de forma apenas acessória, aos contextos recentemente exumados na faixa sul do Claustro na Sé, pelo facto do conhecimento sobre estes permanecer superficial, uma vez que os resultados da intervenção arqueológica permanecem inéditos.

3. Da mesquita à catedral

3.1. O Claustro da Sé de Lisboa¹⁹

No claustro da Sé de Lisboa conservam-se, numa pequena área, abundantes vestígios de alto valor patrimonial. Esta impressionante densidade histórica e arqueológica decorre dos factores tempo e espaço. O lugar assume uma posição absolutamente central na topografia urbana da cidade. A sua colossal estratigrafia arqueológica revela uma ocupação humana que se estende entre a Idade do Ferro²⁰ e o final do século XIII/início do século XIV, quando foi construído o aterro que embasa o claustro²¹, sustentado por uma robusta muralha a Sul²². É um lugar central na cidade, primordial para a compreensão da sua história, a partir do Património arqueológico e arquitectónico.

¹⁹ Texto parcialmente adaptado da proposta de classificação/ampliação de classificação das ruínas da Mesquita aljama de *al-Ushbuna* e conjunto arqueológico urbano conservado no Claustro da Sé Catedral de Lisboa, apresentado em Outubro de 2020, por Hermenegildo Fernandes, Jacinta Bugalhão e Manuel Fialho.

²⁰ Amaro, Clementino – “Vestígios materiais orientalizantes do claustro da Sé de Lisboa”.

²¹ FERNANDES, Paulo Almeida – “O Claustro da Sé de Lisboa: uma arquitectura cheia de imperfeições”. *Murphy: Revista de História e Teoria da Arquitectura e do Urbanismo* 1 (2006), p. 23; SILVA, Manuel Fialho – *Mutação Urbana na Lisboa Medieval: das Taifas a D. Dinis*. Tese de Doutoramento apresentada na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa: s.n., 2017. Disponível em <http://hdl.handle.net/10451/29987>, p. 121.

²² GASPAR, Alexandra; GOMES, Ana - “Ocupação medieval na Sé de Lisboa”, p. 124.

A ocupação da Idade do Ferro orientalizante está documentada na recolha de espólio²³ e na coluna estratigráfica, que remonta ao século VI a.C.²⁴, intervencionada nos anos 90 do século XX.

A ocupação de época romana remontará ao século II a.C.²⁵. A evolução urbana deste espaço pode observar-se no urbanismo romano planeado no século I da nossa era²⁶, com rua construída no século I d.C., pavimentada com lajes calcárias onde se identificam patamares separados por degraus e cloaca sob o tabuleiro²⁷. A via é ladeada por diversos edifícios (*tabernae* e estruturas habitacionais) cujas condutas de saneamento descarregam na cloaca. Na Antiguidade Tardia, entre os séculos IV e VI, o espaço viário é ocupado por construções privadas²⁸. O sistema de saneamento romano mantém-se em utilização até, pelo menos, a época islâmica²⁹.

Relativamente ao urbanismo de época islâmica, no século XI, na parte norte do Claustro, implantavam-se edifícios com pavimentos lajeados e em almagre, fossas detriticas e tanques, que se terão mantido em utilização após a conquista cristã, durante edificação da catedral, até à construção do claustro³⁰.

²³ CARDOSO, João Luís; CARREIRA, Júlio Roque - "Le Bronze Final et le début de l'âge du Fer dans la région de l'estuaire du Tage".

²⁴ AMARO, Clementino - "Vestígios materiais orientalizantes do claustro da Sé de Lisboa"; ARRUDA, Ana, *Los Fenicios en Portugal. Fenicios y mundo indígena en el centro y sur de Portugal (siglos VIII-VI a.C.)*, pp. 114-127; ARRUDA, Ana; FREITAS, Vera; VALLEJO SÁNCHEZ, Juan I., "As cerâmicas cinzentas da Sé de Lisboa", p. 30.

²⁵ GASPAS, Alexandra; GOMES, Ana - "Ocupação medieval na Sé de Lisboa", p. 113.

²⁶ MATOS, José Luís de - "As escavações no interior dos Claustros da Sé de Lisboa e o seu contributo para o conhecimento das origens de Lisboa", p. 33; MATOS, José Luís de - "Romanização de Lisboa. Trabalhos arqueológicos na Sé de Lisboa", p. 225.

²⁷ AMARO, Clementino - "Urbanismo Tardo-Romano no Claustro da Sé de Lisboa", p. 339-341; AMARO, Clementino, "Presença Muçulmana no Claustro da Sé de Lisboa. Três contextos com cerâmica islâmica", p. 170; SILVA, Rodrigo de Araújo Martins Banha da - *As «Marcas de Oleiro» na terra sigillata e a circulação dos vasos na península de Lisboa*. Tese de Doutoramento em Arqueologia apresentada à FCSH da Universidade Nova de Lisboa. Lisboa: s.n., 2012, p. 280. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10362/9472>; GASPAS, Alexandra; GOMES, Ana - "Ocupação medieval na Sé de Lisboa", p. 113.

²⁸ AMARO, Clementino - "Urbanismo Tardo-Romano no Claustro da Sé de Lisboa", p. 341; AMARO, Clementino - "Presença Muçulmana no Claustro da Sé de Lisboa. Três contextos com cerâmica islâmica", p. 171; GASPAS, Alexandra; GOMES, Ana - "Ocupação medieval na Sé de Lisboa", p. 113-114.

²⁹ MATOS, José Luís de - "As escavações no interior dos Claustros da Sé de Lisboa e o seu contributo para o conhecimento das origens de Lisboa", p. 34; AMARO, Clementino - "Arqueologia Islâmica em Lisboa: um percurso possível", p. 64; AMARO, Clementino - "Presença Muçulmana no Claustro da Sé de Lisboa. Três contextos com cerâmica islâmica", p. 170; GASPAS, Alexandra; GOMES, Ana - "Ocupação medieval na Sé de Lisboa", p. 116.

³⁰ GASPAS, Alexandra; GOMES, Ana - "Ocupação medieval na Sé de Lisboa", p. 121.

Embora selados e protegidos pelo grande aterro que subjaz ao Claustro, estes contextos foram perturbados pelas várias intervenções que aí decorreram entre o século XIV (construção do deambulatório, deposição de ossários, construções de diversos edifícios, infra-estruturas de saneamento, etc) e o terramoto de 1755 (após o qual foi alvo de obras de recuperação), até que, no segundo quartel do século XX, o claustro foi totalmente desimpedido de construções, em intervenção promovida pela DGEMN³¹.

3.2. Reversibilidade dos espaços sagrados, antecedentes

A plataforma intermédia onde se implanta a Sé é, pelo menos desde o período romano, um local central no núcleo ancestral da cidade de Lisboa (fig. 1).

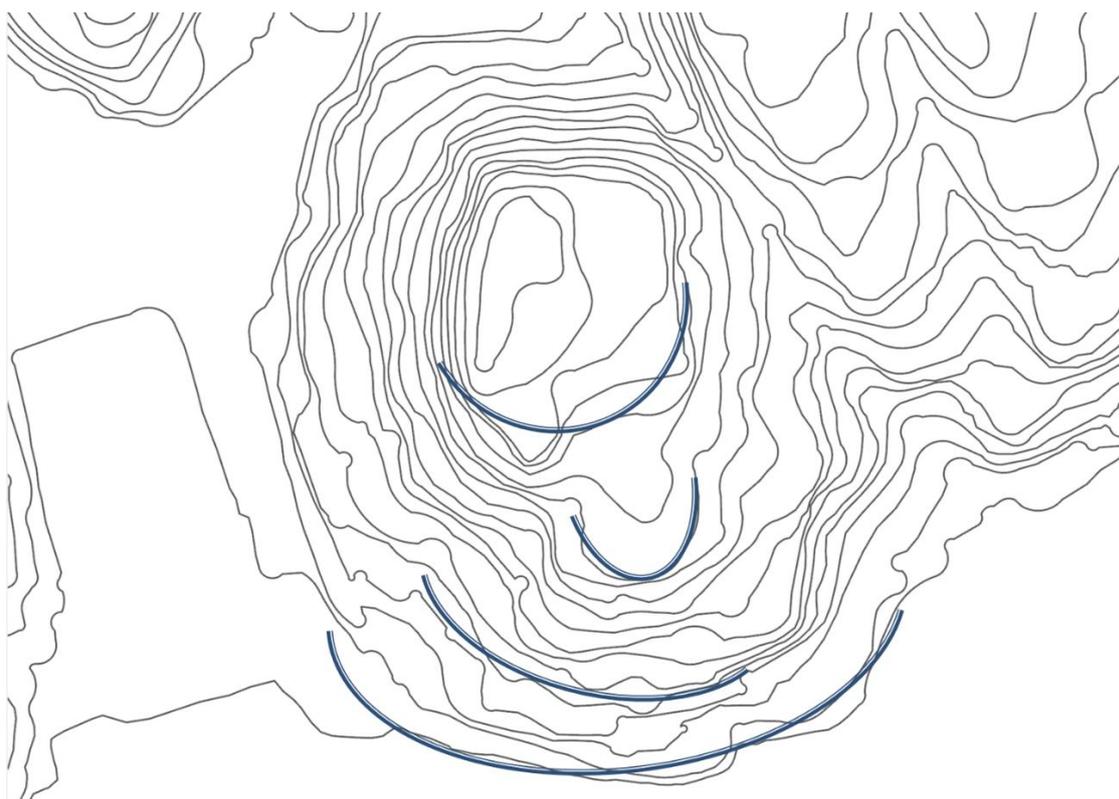


Figura 1 - Topografia da cidade de Lisboa, na colina do Castelo, com as plataformas urbanas demarcadas.

³¹ SUMMAVIELLE, Elísio de; BRAGA, Jorge Salazar - *Igreja de Santa Maria Maior: Sé de Lisboa*. Lisboa: Teorema, 1986, p. 18.

É apontado, não como a única, mas como uma das possíveis localizações do *forum* de *Olisipo* e seu templo. Para tal concorrem argumentos como “a topografia urbana conservava ali uma ampla área aplanada a meia encosta, a existência de um fragmento de arquitrave monumental, pertencente a um antigo templo romano, reaproveitado na parede norte da Igreja de Sta. Maria e vários elementos arquitectónicos decorados, da Antiguidade Tardia, igualmente reaproveitados no edifício da catedral medieval, sugerindo uma longa utilização do local como espaço religioso”³².

A literatura arqueológica refere igualmente, nesta zona urbana, a eventual existência de templos paleocristãos visigóticos, com base em alguns indícios, mas não restos estruturais propriamente ditos, que, a existirem, admite-se terem funcionado, genericamente, entre o século V e o século VII³³. Regista-se uma concentração de elementos arquitectónicos, epigráficos e funerários que remetem para a existência de uma ou mais igrejas paleocristãs visigóticas entre o Palácio dos Condes de Penafiel, o Teatro romano, a Sé Catedral e o Largo de Santo António. O templo paleocristão de São Mamede será o de existência mais solidamente determinada, podendo ter sido construído entre os séculos V-VI³⁴, ou mesmo no século VII³⁵.

³² FABIÃO, Carlos – “Em busca do forum de Olisipo”. In FERNANDES, Lúcia; FERNANDES, Paulo Almeida (eds.) – *Lisboa Romana Felicitas Iulia Olisipo. A capital urbana de um município de cidadãos romanos. Espaço(s) de representação de cidadania*. Lisboa: Caleidoscópio, 2020, p. 16.

³³ BUGALHÃO, Jacinta – “Olysipona, entre o Império e o Islão”. *Arqueologia & História* 73 (2022), p. 148.

³⁴ DE MAN, Adrien; SILVA, Rodrigo Banha da – “Um refinamento de dados alto medievais do Palácio dos Condes de Penafiel”. In FONTES, João Luís Inglês; TENTE, Catarina; MARTINS, Miguel Gomes (coords.) – *Lisboa Medieval. Gentes, espaços e poderes*. Lisboa: IEM, 2016, pp. 57-65, pp. 59-60; FERNANDES, Paulo Almeida – “O fim de um tempo; o princípio de outro. *Felicitas Iulia Olisipo* entre romanos, bárbaros e cristãos”. In CACHÃO, Mário; FREITAS, Maria da Conceição (eds.) – *Lisboa Romana Felicitas Iulia Olisipo. O território e a memória*. Lisboa: Caleidoscópio/Câmara Municipal de Lisboa, 2020, p. 146; FERNANDES, Paulo Almeida; FERNANDES, Lúcia – “Da cidade romana à cidade medieval: “desmonumentalização” e reconfiguração urbana”. In FERNANDES, Lúcia; FERNANDES, Paulo Almeida (eds.) – *Lisboa Romana Felicitas Iulia Olisipo. A capital urbana de um município de cidadãos romanos. Espaço(s) de representação de cidadania*. Lisboa: Caleidoscópio/Câmara Municipal de Lisboa, 2020, p. 226.

³⁵ DE MAN, Adrien; SILVA, Rodrigo Banha da – “Um refinamento de dados alto medievais do Palácio dos Condes de Penafiel”, p. 61.

No espaço do antigo Teatro romano e na sua envolvente (na Rua de São Mamede, 9), foram recolhidos elementos arquitectónicos eventualmente integrantes de uma igreja visigótica³⁶, registando-se também uma sepultura de criança em ânfora, datável do século VI³⁷.

A sul, no local de implantação da Sé Catedral de Lisboa, é igualmente referida a hipótese de existência de um templo paleocristão³⁸, talvez a sede do bispado visigótico³⁹. Mas, de facto, os diversos elementos arquitectónicos associados directamente a este monumento são posteriores, integrando o chamado núcleo moçárabe de Lisboa⁴⁰. Ou seja, a existir neste local uma igreja cristã, afigura-se mais provável que a sua construção tenha ocorrido sob domínio islâmico⁴¹.

No Largo de Santo António, já na saída da cidade para Sudoeste, foi recolhido um friso que poderia também integrar um edifício religioso de época visigótica⁴².

³⁶ DIOGO, António M. Dias; SEPÚLVEDA, Eurico – “As lucernas das escavações de 1983/93 do teatro romano de Lisboa”. *Revista Portuguesa de Arqueologia* 3:1 (2000), p. 155; FERNANDES, Lídia; FERNANDES, Paulo Almeida – “Entre a Antiguidade Tardia e a Época Visigótica: novos dados sobre a decoração arquitectónica na cidade de Lisboa”. *Revista Portuguesa de Arqueologia* 17, 2014, pp. 229, 239-240; FERNANDES, Paulo Almeida; FERNANDES, Lídia – “Da cidade romana à cidade medieval: “desmonumentalização” e reconfiguração urbana”, p. 223. 227-228.

³⁷ FERNANDES, Lídia – “Reconversión de espacios monumentales: el caso del Teatro Romano de Lisboa / Felicitas Iulia Olisipo”. In MATEOS CRUZ, Pedro; MORÁN SÁNCHEZ, Carlos Jesús (eds.) – *Exemplum et Spolia. La reutilización arquitectónica en la transformación del paisaje urbano de las ciudades históricas* (Mytra, Monografías y Trabajos de Arqueología, 7), vol. II. Mérida: Instituto de Arqueología de Mérida, 2020, p. 486.

³⁸ COELHO, António Borges – “O domínio germânico e muçulmano”. In MOITA, Irisalva, ed. – *O Livro de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1994, p. 75.

³⁹ ALARCÃO, Jorge – “Lisboa romana e visigótica”. In ARRUDA, Ana, dir. – *Lisboa Subterrânea*. Lisboa/Milão: Sociedade Lisboa 94; Electa, 1994, p. 63.

⁴⁰ SALVADO, Salette Simões; FERREIRA, Seomara da Veiga – “Alguns elementos pré-românicos reutilizados aos paramentos exteriores da Se de Lisboa”. *Revista Municipal*. Lisboa. 2.ª Série, 45:7 (1984), pp. 3-36; REAL, Manuel Luís – “285 Imposta”; “286 Baixo-relevo ornamental”. In ARRUDA, Ana (dir.) – *Lisboa Subterrânea*. Lisboa/Milão: Sociedade Lisboa 94 / Electa, 1994, pp. 232-233; REAL, Manuel Luís – “Inovação e resistência: dados recentes sobre a antiguidade cristã no ocidente peninsular”. In *IV Reunió d’Arqueologia Cristiana Hispànica*. Barcelona: Institut d’Estudis Catalans / Universitat de Barcelona, 1995, p. 58; FERNANDES, Paulo Almeida – “O sítio da Sé de Lisboa antes da Reconquista”. *Artis: Revista do Instituto de História de Arte da Faculdade de Letras de Lisboa* 1 (2002), pp. 66-70; FERNANDES, Lídia; FERNANDES, Paulo Almeida – “Entre a Antiguidade Tardia e a Época Visigótica: novos dados sobre a decoração arquitectónica na cidade de Lisboa”, p. 226; FERNANDES, Paulo Almeida; FERNANDES, Lídia – “Da cidade romana à cidade medieval: “desmonumentalização” e reconfiguração urbana”, p. 230.

⁴¹ BUGALHÃO, Jacinta – “Olysipona, entre o Império e o Islão”, p. 148.

⁴² FERNANDES, Lídia; FERNANDES, Paulo Almeida – “Entre a Antiguidade Tardia e a Época Visigótica: novos dados sobre a decoração arquitectónica na cidade de Lisboa”, pp. 232-233; FERNANDES, Paulo Almeida; FERNANDES, Lídia – “Da cidade romana à cidade medieval: “desmonumentalização” e reconfiguração urbana”, p. 227.

3.3. Mesquita, dados documentais

A localização da mesquita aljama de *al-Ushbuna* no local hoje ocupado pela Sé de Lisboa encontra eco num relato testemunhal coevo. Um cruzado que participou na conquista da cidade em 1147 descreve o templo islâmico da cidade [a mesquita aljama], “que se levanta em sete ordens de colunas com outras tantas abóbadas”⁴³. Mais relata que “no dia em que se celebrava a Festa de Todos os Santos, em louvor e honra do nome de Cristo e da Sua Santíssima Mãe, foi feita a purificação do templo [a mesquita aljama] pelo arcebispo e por mais quatro bispos sufragâneos e restaurada a diocese como sede do episcopado”⁴⁴ [futura Sé]. Ou seja, conjugando esta fonte documental com os demais dados históricos e arqueológicos em presença (e que neste trabalho se abordam), assume-se como provável que a mesquita aljama de *al-Ushbuna* tenha sido sagrada sede do episcopado em 1147 e que, no mesmo local, na segunda metade do século XII, se iniciou a construção da Sé, nova sede do episcopado.

3.4. Topografia urbana

A urbanização da densa e milenar cidade de Lisboa assentou na manipulação da acidentada topografia do seu “terreno”. Construir e construir densamente e monumentalmente impuseram o recurso frequente à criação de plataformas artificiais, conjugando desaterro com aterro estruturado (sustentado por grandes muros ou muralhas). Esta solução, que alivia e controla os grandes desníveis de terreno da colina do Castelo, abunda por toda a cidade, em escalas muito variadas, pelo menos desde época romana. *Olisipo* revela “importantes soluções arquitectónicas de escalonamento do edificado romano”⁴⁵. A título de exemplo, no Teatro romano, estão documentados diversos muros de contenção, por vezes contrafortados, que permitiram a construção do monumento⁴⁶. Como se sabe, em *Olisipo*, por vezes o aterro estruturado é substituído pelo criptopórtico, solução mais complexa e, eventualmente, estável.

⁴³ *A conquista de Lisboa aos mouros: relato de um cruzado*, pp. 140-141.

⁴⁴ *A conquista de Lisboa aos mouros: relato de um cruzado*, pp. 142-143.

⁴⁵ FABIÃO, Carlos – “Em busca do fórum de Olisipo”, p. 19.

⁴⁶ FERNANDES, Lídia; LOUREIRO, Carlos; BRAZUNA, Sandra; SARAZOLA, Alexandre; PRATA, Sara – “Paisagem urbana de Olisipo: fatias da história de uma cidade”. *Revista Portuguesa de Arqueologia* 18 (2015), pp. 218.

Em período medieval e moderno, prossegue o recurso sistemático a esta solução, para a construção de pequenos e grandes edifícios e para a organização dos espaços públicos. Refira-se que, após o terramoto de 1755, o aplanamento da Baixa e a subsequente reconstrução pombalina assentaram, em grande escala, neste tipo de manipulação do terreno urbano.

A identificação de plataformas semi-artificiais de dimensão considerável assim construídas corresponde a um investimento considerável da comunidade urbana, traduzindo a importância histórica conferida aos espaços urbanos e ao edificado construído. Exemplo claro de tal é a construção da Sé de Lisboa e seu Claustro, entre os séculos XII e XIV, bem como a sua integração na estrutura urbana pré-existente e consequentemente reestruturada (fig. 2).

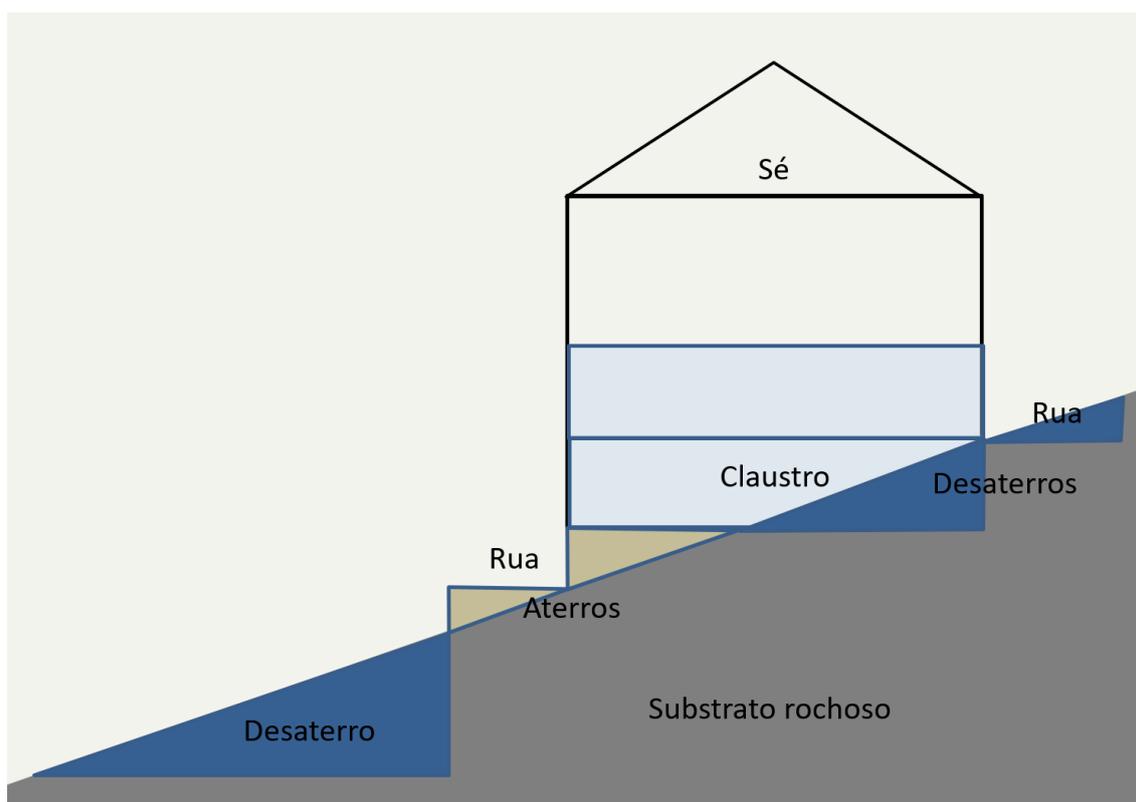


Figura 2 - Representação esquemática da manipulação do terreno no local de Sé de Lisboa, com a criação de plataformas artificiais através de aterro - aterro construído.

Na envolvente da catedral, outras plataformas artificiais estão documentadas ou são de existência presumida, de época romana, medieval e moderna, revelando uma intensa concentração de investimento público na estruturação urbana deste lugar central da cidade (fig. 3).

Saliente-se que este escalonamento da cidade contribui decisivamente para a sua monumentalização e para destacar, simbólica e materialmente, os monumentos e poderes centrais da cidade.

Acredita-se que eventuais espaços e monumentos públicos de dimensão considerável, de épocas romana, tardo-antiga e islâmica, existentes no lugar da Sé, estivessem construídos parcialmente sobre terraços artificiais de desaterro – aterro construído, que alargaram o *plateau* natural aí existente na encosta.

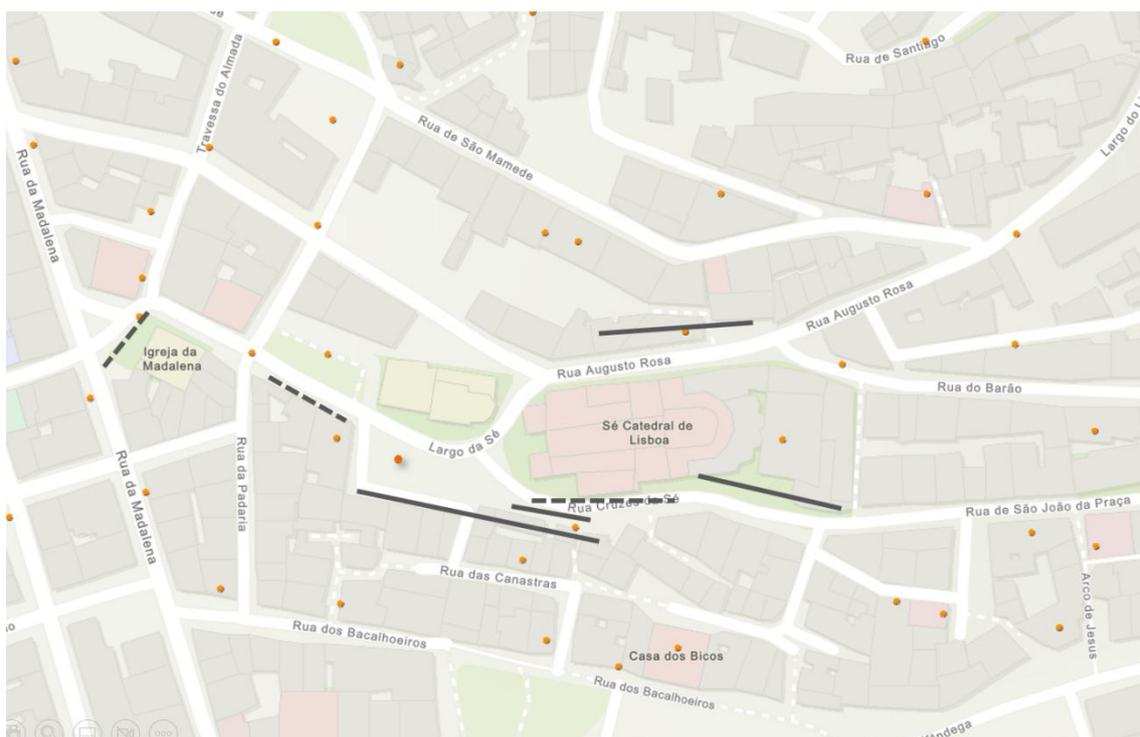


Figura 3 - Localização de aterros construídos (a tracejado os Hipotéticos) na envolvente da Sé de Lisboa. (sobre mapa Google Maps).

3.5. O complexo da mesquita aljama de *al-Ushbuna*

Entre os vestígios islâmicos, sobressaem as ruínas de um edifício monumental, aqui interpretado como parte do complexo da Mesquita Aljama de *al-Ushbuna*, edifício primordial da Lisboa muçulmana⁴⁷, que se desenvolve para Nascente sob a Sé Catedral. Fontes documentais indicam que a Sé tinha sido erguida sobre a mesquita aljama, no centro da medina, situação topográfica natural para o principal templo muçulmano da cidade⁴⁸, no eixo milenar que ligava a porta “do Sol”, a oriente, à porta “do Ferro”, a ocidente.

O edifício da mesquita terá funcionado, possivelmente durante décadas, como Catedral de Lisboa, enquanto o templo cristão estava a ser construído⁴⁹. O restante complexo edificado, a oriente do oratório, permanece em uso nos séculos XII e XIII, nomeadamente como estaleiro da catedral, até à construção do claustro, constituindo um relevantíssimo elemento patrimonial.

O conjunto monumental estrutura-se em patamares⁵⁰, correspondentes a três níveis ou “socalcos” escavados na encosta, ocupando cerca de 400m². O edifício, constituído por paredes robustas e integralmente rebocadas, exhibe um extraordinário estado de conservação, nomeadamente ao nível da altura conservada

⁴⁷ TORRES, Cláudio – “Lisboa muçulmana. Um espaço urbano e o seu território”. In ARRUDA, Ana Margarida (dir.) – *Lisboa Subterrânea*. Lisboa: Instituto Português de Museus, 1994, pp. 80-85; AMARO, Clementino – “Arqueologia Islâmica em Lisboa: um percurso possível”, p. 64; AMARO, Clementino – “Presença Muçulmana no Claustro da Sé de Lisboa. Três contextos com cerâmica islâmica”, p. 172; TORRES, Cláudio; MACIAS, Santiago – “Na região de Lisboa e Santarém”. In *O legado islâmico em Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998, p. 96; MATOS, José Luís de – *Lisboa Islâmica*, p. 7; MATOS, José Luís – “Lisboa islâmica”, p. 80; BUGALHÃO, Jacinta – “Lisboa islâmica: uma realidade em construção”. In *Actas do 6.º Encontro de Arqueologia do Algarve. O Gharb no al- Andalus: sínteses e perspectivas de estudo. Homenagem a José Luís de Matos (Silves, 23, 24 e 25 de Outubro, 2008)* (Xelb. Revista de Arqueologia, Arte, Etnologia e História, 9). Silves: Câmara Municipal de Silves/Museu Municipal de Arqueologia, 2009, pp. 389; GASPAS, Alexandra; GOMES, Ana – “Ocupação medieval na Sé de Lisboa”, p. 121; SILVA, Manuel Fialho – *Mutação Urbana na Lisboa Medieval: das Taifas a D. Dinis*, p. 102-105.

⁴⁸ BRANCO, Maria João V.; FERNANDES, Hermenegildo – “A Space for Institutionalization: some remarks on Cathedrals & Mosques in Medieval Iberia (11-13th centuries)”. Comunicação apresentada ao Seminário *Diverging paths? The shapes of Power and Institutions in the mediaeval Christian and Islamic worlds*. Madrid, CSIC, 2011.

⁴⁹ ALMEIDA, Carlos Ferreira de – *História da Arte em Portugal: O Românico*. Lisboa: Editorial Presença, 2001, p. 134; Silva, Manuel Fialho, *Mutação Urbana na Lisboa Medieval: das Taifas a D. Dinis*, 2017, p. 102.

⁵⁰ GASPAS, Alexandra; GOMES, Ana – “Ocupação medieval na Sé de Lisboa”, p. 118 e ss.

das paredes (entre 2,3 e 5 metros de altura) e, como já referido, reutiliza o sistema de saneamento de época romana, que permaneceu em funcionamento⁵¹.

No nível superior, situa-se um grande compartimento (ou pátio) de planta rectangular, pintado com bandas vermelhas, com porta dupla a oeste (eventualmente para acesso à sala de orações localizada, segundo as fontes, sob a catedral). Na parede Norte, conserva-se um pequeno compartimento “em nicho”, abobadado, com um banco em alvenaria⁵².

O segundo e terceiro níveis, identificados na última campanha arqueológica (2018-2024), conhecem-se apenas através das apresentações públicas já referidas⁵³, de conteúdos mediáticos e na internet e de visitas ao local. O terceiro e inferior nível desenvolve-se junto aos vestígios do antigo arruamento lajeado muçulmano, herdeiro do possível *decumanus maximus* romano⁵⁴ e à medieval/actual Rua das Cruzes da Sé.

As estruturas recém-descobertas, e de acordo com os dados disponibilizados pelas directoras científicas da intervenção arqueológica, revelam compartimentos (salas, pátios, corredores), pavimentos, lanços de escadas assentes em arcos e elementos construtivos como arcos, portas, janela, bancos (nomeadamente conjunto decorado e assente em pequenos arcos subogivais) e nicho estucado. Merecem referência os múltiplos grafitos sobre o reboco, das fases islâmica e cristã, e os vestígios de traçaria, estes últimos, presumíveis testemunhos da fase de utilização como estaleiro da catedral.

A orientação do edifício monumental islâmico aparenta coincidir, genericamente, com a orientação do claustro, Noroeste - Sudeste ou, mais aproximadamente, Oeste-

⁵¹ GASPAR, Alexandra; GOMES, Ana - “Ocupação medieval na Sé de Lisboa”, p. 113-114.

⁵² GASPAR, Alexandra; GOMES, Ana - “Ocupação medieval na Sé de Lisboa”, p. 118.

⁵³ GASPAR, Alexandra; GOMES, Ana - “Claustro da Sé Catedral, leitura arqueológica”. Intervenção na Mesa Redonda online “As obras do claustro da Sé: Património e Projecto” organizada por Centro de História e o Centro de Arqueologia (UNIARQ) da Universidade de Lisboa e pelo Gabinete de Estudos Orlisiponenses (GEO) da Câmara Municipal de Lisboa, 10 de Janeiro de 2022. Disponível em: <https://www.facebook.com/gabinetedestudosolisiponenses/videos/1707073422834477> (min 15’); GASPAR, Alexandra; GOMES, Ana - “Claustro da Sé de Lisboa - espaços públicos de diferentes cidades”. Palestra incluída no Ciclo de Palestras “Segredos da Colina”, 22 de Junho de 2022, Museu do Teatro, Romano, Museu de Lisboa, EGEAC. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=2SpEibin2Q>.

⁵⁴ SILVA, Rodrigo de Araújo Martins Banha da - *As «Marcas de Oleiro» na terra sigillata e a circulação dos vasos na península de Lisboa*, p. 192.

Noroeste - Este-Sudeste, compatível com a orientação canónica para Meca. Acredita-se que este conjunto edificado se situava a Este-Sudeste da sala de oração da mesquita que, assim, apresentaria a *qibla* devidamente orientada. Salienta-se a singular divergência de orientações entre a catedral e o seu claustro. É possível que a catedral tenha sido construída com orientação para Nascente, amortizando a anterior construção islâmica e divergindo da sua orientação; e que a posterior construção do claustro se tenha compatibilizado com as pré-existentes ruínas islâmicas, alinhadas, por sua vez, com o troço inferior da Rua das Cruzes da Sé.

A plataforma em que se encontra implantada a Sé, já referida, possuiria, já antes da sua edificação, espaço suficiente para acomodar uma mesquita com oito naves, tal como é referido no relato do cruzado – “sete ordens de colunas”⁵⁵, se considerarmos uma largura de nave entre quatro e cinco metros, correspondente a um edifício com largura entre 32 e 40 metros.

A plataforma intermédia na colina onde se localizava a mesquita, para além de constituir um ponto extraordinariamente central, propiciava excelente visibilidade a partir de toda a medina islâmica, como tem sido explicado e documentado por Alexandra Gaspar e Ana Gomes, nas suas apresentações públicas, já referidas. Esta posição, bem demarcada na topografia, foi, aliás, herdada pela Sé de Lisboa, monumento destacado na paisagem urbana, como bem documenta toda a iconografia histórica da cidade.

Alexandra Gaspar e Ana Gomes têm proposto, preliminarmente, dados cronológicos para este edifício monumental, apontado para uma utilização entre o início e meados do século XII, ou seja, na fase almorávida, terminando na conquista cristã da cidade, em 1147. A discussão desta cronologia só será possível em presença dos dados contextuais, estratigráficos e artefactuais, ou seja, após a publicação científica dos resultados da escavação. Não existem, presentemente, nem razão, nem fundamento para discutir esta atribuição cronológica.

⁵⁵ *A conquista de Lisboa aos mouros: relato de um cruzado*, pp. 140-141.

4. Conclusões

Com o presente texto procurou-se apresentar, de forma muito sintética, os dados históricos, arqueológicos e urbanísticos que concorrem para a hipótese aqui sustentada: a mesquita aljama de *al-Ushbuna* localizava-se no local onde hoje se implanta a Sé Catedral de Lisboa. A construção do tempo cristão representa um exemplo clássico de reversibilidade dos espaços sagrados urbanos, entre o Gharb al-Andalus e o medievo reino de Portugal. Sob o claustro e o aterro que o infra-estrutura, a nascente da Catedral, conservam-se ruínas de um monumental edifício de época islâmica que se interpreta como complexo da mesquita aljama de *al-Ushbuna*.

Esta hipótese carece de comprovação arqueológica, pois só a Arqueologia a poderá, talvez, confirmar, definitivamente. Já ausência ou desconhecimento de vestígios não significa, em Arqueologia, a sua inexistência histórica. Os vestígios arqueológicos são, como é da sua natureza, parcelares e fragmentários; mas a sua volumetria, monumentalidade, complexidade e exemplaridade bradam e ecoam, não obstante as toneladas de betão que os violam e ocultam. Os dados primários recolhidos em escavação, ainda insuficientemente conhecidos, porque inéditos, são interpretados de forma integrada, no contexto do vasto conhecimento sobre a milenar cidade de Lisboa.

No Claustro da Sé, não se conhecem vestígios arqueológicos/arquitectónicos da sala de orações e não se identificou a *qibla*, nem o *mirhāb*. Também não se recolheram elementos arquitectónicos de época medieval-islâmica, como bases, fustes ou capitéis de colunas, fragmentos de estuques decorados, inscrições. Nem no Claustro da Sé, nem em toda a cidade de Lisboa.

É que, quanto mais conhecemos Lisboa islâmica, mais percebemos que *Madīnat al-Ushbuna* era uma cidade distinta das suas contemporâneas do Sul do Gharb al-Andalus.

É claramente uma cidade de fronteira que aparenta um relativo afastamento dos centros de poder e circuitos comerciais islâmicos até ao século XI (fase Taifas). Na estrutura urbana e na cultura material, as tendências de continuidade em relação ao

período romano e tardo-antigo persistem, mesclam-se com a medievalidade latente e pulsante dos territórios setentrionais, durante os primeiros séculos de dominação islâmica.

No século XI e primeira metade do século XII, verificou-se um extraordinário crescimento urbano, associado a uma fase de clara expansão económica. Esta tendência prolonga-se e acentua-se com a chegada dos Almorávidas. A cidade adquire rapidamente características de uma urbe islâmica, na sua estrutura e nas suas componentes. Registam-se obras na muralha e alcáçova, onde é construído o bairro residencial. Os arrabaldes (ocidental e oriental) crescem e consolidam-se; na zona ribeirinha ocidental, é erigida a pequena mesquita de bairro sobre o criptopórtico romano; e é construído o bairro “da Praça da Figueira”, as olarias multiplicam-se e a sua produção aumenta e dissemina-se na cidade e no território envolvente.

A cidade estrutura-se em plataformas. A superior, a acrópole, no castelo, concentra as funções políticas, militares e institucionais; a intermédia superior, nos “Lóios” e a intermédia inferior, estruturam a urbe, a cidade, a medina; na grande plataforma inferior, ribeirinha, concentram-se as funções portuárias, comerciais, artesanais, piscatórias.

Na plataforma intermédia inferior, entre a porta “do Sol”, a oriente, e a porta “do Ferro”, a ocidente (fig. 4), permanece um lugar central, de longa duração, fortemente enraizado na estrutura urbana, consolidada diacronicamente.



Figura 4 – Plataforma intermédia inferior, entre porta “do Sol”, a oriente, à porta “do Ferro”, a ocidente, onde de insere o lugar da Sé de Lisboa, em representações da cidade, na Idade do Ferro⁵⁶, período romano-republicano⁵⁷, romano-imperial⁵⁸, tardo antigo⁵⁹ e islâmico⁶⁰.

⁵⁶ ARRUDA, Ana - *Lisboa pré-clássica, um porto mediterrâneo do litoral atlântico*. Lisboa, Fundação Millennium BCP, 2014, p. 16.

⁵⁷ PIMENTA, João – “Os primórdios da implementação romana em Olisipo”. In CACHÃO, Mário; FREITAS, Maria da Conceição (eds.) - *Lisboa Romana Felicitas Iulia Olisipo. O território e a memória*. Lisboa: Caleidoscópio, 2020, p. 121.

⁵⁸ SILVA, Rodrigo de Araújo Martins Banha da - *As «Marcas de Oleiro» na terra sigillata e a circulação dos vasos na península de Lisboa*, p. 198.

⁵⁹ FERNANDES, Paulo Almeida; FERNANDES, Lídia - “Da cidade romana à cidade medieval: “desmonumentalização” e reconfiguração urbana”, p. 214.

⁶⁰ SILVA, Manuel Fialho, *Mutação Urbana na Lisboa Medieval: das Taifas a D. Dinis*, p. 535.

Para responder cabalmente à questão: onde está a mesquita aljama de *al-Ushbuna?*, há que investigar mais, desejavelmente através de um projecto de investigação integrado e interdisciplinar, que poderá dar ou não respostas definitivas às dúvidas que justificadamente persistem: onde está, qual a sua cronologia, dimensão, orientação. E importa, evidentemente, proceder ao estudo monográfico e integral dos contextos exumados sob o Claustro da Sé de Lisboa.

Na história, a desconstrução de mitos é importante, como importantes são o rigor e o método científicos; e a ética científica.

A investigação histórica e arqueológica é difícil. Mas não é impossível. Um cientista não deve ter paixões nem trabalhar em função delas. Já a defesa do Património, que não é para todos, nasce de uma convicção apaixonada e nela decorre. Mas esse é tema de outro texto, que o futuro trará, espera-se.

Referências bibliográficas

Fontes impressas

A conquista de Lisboa aos mouros: relato de um cruzado. Edição, tradução e notas de Aires A. Nascimento; introdução de Maria João Branco. Lisboa: Vega, 2001.

Estudos

ALARCÃO, Jorge – “Lisboa romana e visigótica”. In ARRUDA, Ana, dir. – *Lisboa Subterrânea*. Lisboa/Milão: Sociedade Lisboa 94; Electa, 1994, pp. 58-63.

ALMEIDA, Carlos Ferreira de – *História da Arte em Portugal: O Românico*. Lisboa: Editorial Presença, 2001.

AMARO, Clementino – “Vestígios materiais orientalizantes do claustro da Sé de Lisboa”. In *Os Fenícios no território português* (Estudos Orientais, IV). Lisboa: Instituto Oriental, 1993, pp. 183-192.

AMARO, Clementino – “Urbanismo Tardo-Romano no Claustro da Sé de Lisboa”. In *Actas da IV Reunião de Arqueologia Cristã Hispânica (Lisboa, 1992)* (Monografies de la Secció Històrico-Arqueològica, IV). Barcelona: Institut d'Estudis Catalans/Universitat de Barcelona/Universidade Nova de Lisboa, 1995, pp. 337-342.

AMARO, Clementino – “Arqueologia Islâmica em Lisboa: um percurso possível”. In MACIAS, Santiago; TORRES, Cláudio (coord.) - *Portugal Islâmico. Os últimos sinais do Mediterrâneo*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, 1998, pp. 61-71.

AMARO, Clementino – “Presença Muçulmana no Claustro da Sé de Lisboa. Três contextos com cerâmica islâmica”. In *Garb, Sítios Islâmicos do Sul Peninsular*. Lisboa: IPPAR/Junta de Extremadura, 2001, pp. 165-197.

AMARO, Clementino; MATOS, José Luís de – “Trabalhos Arqueológicos no Claustro da Sé de Lisboa - Notícia Preliminar”. In FILIPE, Maria da Graça; RAPOSO, Jorge Manuel C. (coord.) - *Ocupação romana dos estuários do Tejo e do Sado. Actas das primeiras Jornadas sobre Romanização dos Estuários do Tejo e do Sado*. Seixal/Lisboa: Câmara Municipal do Seixal/Publicações Dom Quixote, 1996, pp. 199-214.

ARRUDA, Ana – *Los Fenicios en Portugal. Fenicios y mundo indígena en el centro y sur de Portugal (siglos VIII-VI a.C.)* (Cadernos de Arqueología Mediterránea, 5-6). Barcelona: Publicaciones del Laboratorio de Arqueología de la Universidad Pompeu Fabra de Barcelona/Carrera Edició, 1999-2000.

ARRUDA, Ana - *Lisboa pré-clássica, um porto mediterrâneo do litoral atlântico*. Lisboa, Fundação Millennium BCP, 2014.

ARRUDA, Ana Margarida; FREITAS, Vera Teixeira de; VALLEJO SÁNCHEZ, Juan I. – “As cerâmicas cinzentas da Sé de Lisboa”. *Revista Portuguesa de Arqueologia* 3/2 (2000), pp. 25-59.

BRANCO, Maria João V.; FERNANDES, Hermenegildo – “A Space for Institutionalization: some remarks on Cathedrals & Mosques in Medieval Iberia (11-13th centuries)”. Comunicação apresentada ao Seminário *Diverging paths? The shapes of Power and Institutions in the mediaeval Christian and Islamic worlds*. Madrid, CSIC, 2011.

BUGALHÃO, Jacinta – “Lisboa islâmica: uma realidade em construção”. In *Actas do 6.º Encontro de Arqueologia do Algarve. O Gharb no al- Andalus: sínteses e perspectivas de estudo. Homenagem a José Luís de Matos (Silves, 23, 24 e 25 de Outubro, 2008)* (*Xelb. Revista de Arqueologia, Arte, Etnologia e História*, 9). Silves: Câmara Municipal de Silves/Museu Municipal de Arqueologia, 2009, pp. 337-392.

BUGALHÃO, Jacinta – “Lisboa Medieval: contributo da arqueologia para a construção do discurso histórico”. Comunicação apresentada no *Ciclo de Conferências “Lisboa não é só Subterrânea. 25 anos depois de uma exposição”*. Lisboa, 28 de Setembro de 2019.

BUGALHÃO, Jacinta – “O movimento cívico de defesa das ruínas da mesquita medieval islâmica de Lisboa conservadas do Claustro da Sé”. Comunicação apresentada no *Fórum do Património 2021. Património Vivo. 6 de Novembro de 2021*, Central Tejo, Lisboa. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=r7sbGdN61E&t=1207s>.

BUGALHÃO, Jacinta – “Olysipona, entre o Império e o Islão”. *Arqueologia & História*. 73 (2022), pp. 143-156.

BUGALHÃO, Jacinta – “Demandas da arqueologia medieval em Lisboa. O caso do claustro da Sé”. Conferência apresentada no âmbito das *Sessões Medievais on-line*, organizadas pelo Gabinete de Estudos Olisiponenses da Câmara Municipal de Lisboa, em 10 de fevereiro de 2022. Disponível em https://www.facebook.com/watch/live/?ref=watch_permalink&v=4932392183463577.

BUGALHÃO, Jacinta – “Movimento cívico de defesa das ruínas do Claustro da Sé de Lisboa”. Palestra apresentada no Grupo de Amigos de Lisboa, 21 de Maio de 2022.

BUGALHÃO, Jacinta – “A Sé de Lisboa: História e Património”. Entrevista no Podcast *Falando de História* #40, 27 de Junho de 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9QgCiunpJak>.

BUGALHÃO, Jacinta - *Sé de Lisboa: Um "sarcófago" de betão para o património arqueológico*, 2022. Disponível em: https://www.forumdopatrimonio.org/l/se-de-lisboa-um-sarcofago-de-betao-para-os-vestigios-arqueologicos/?fbclid=IwY2xjawGxb4tleHRuA2FlbQIxMQABHY1JISBUhpqzHRUbVh_x64yLQwQYRXeJTO1urCNtsAq-IF6nAMoG7ifwlg_aem_NJi1-BIOiTcb8MnEV_Pf6w

CARDOSO, João Luís; CARREIRA, Júlio Roque – “Le Bronze Final et le début de l’âge du Fer dans la région de l’estuaire du Tage”. *Mediterrâneo* 2 (1993), pp. 193-205.

COELHO, António Borges – “O domínio germânico e muçulmano”. In MOITA, Irisalva, ed. – *O Livro de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1994, pp. 75-88.

COSTA, Ana Maria; BUGALHÃO, Jacinta; FREITAS, Maria da Conceição – “Meter by meter, conquers the people land to the sea. Medieval Tagus Estuary shoreline evolution at Lisbon’ oldest city centre (Portugal) combining geological, archaeological and cartographic data”. Comunicação apresentada à *6th International Conference Medieval Europe In Motion. The Sea*. Lisboa, 29 de Novembro de 2022, no prelo.

DE MAN, Adrien; SILVA, Rodrigo Banha da – “Um refinamento de dados alto medievais do Palácio dos Condes de Penafiel”. In FONTES, João Luís Inglês; TENTE, Catarina; MARTINS, Miguel Gomes (coords.) – *Lisboa Medieval. Gentes, espaços e poderes*. Lisboa: IEM, 2016, pp. 57-65.

DIOGO, António M. Dias; SEPÚLVEDA, Eurico – “As lucernas das escavações de 1983/93 do teatro romano de Lisboa”. *Revista Portuguesa de Arqueologia* 3:1 (2000), pp. 153-161.

FABIÃO, Carlos – “Em busca do *forum* de Olisipo”. In FERNANDES, Lúcia; FERNANDES, Paulo Almeida (eds.) – *Lisboa Romana Felicitas Iulia Olisipo. A capital urbana de um município de cidadãos romanos. Espaço(s) de representação de cidadania*. Lisboa: Caleidoscópio, 2020, pp. 15-25.

FERNANDES, Hermenegildo; BUGALHÃO, Jacinta; FIALHO, Manuel – “Localizar a Mesquita Aljama de Lisboa”. Comunicação apresentada no *Colóquio Internacional Reversibilidade dos Espaços Sagrados. Al-Andalus e Mediterrâneo Ocidental (XI-XIII). Reversing Sacred Spaces. Al-Andalus, Western Mediterranean (11th-13th centuries)*, 2 a 4 de Março de 2023, Lisboa, no prelo.

FERNANDES, Lúcia – “Reconversión de espacios monumentales: el caso del Teatro Romano de Lisboa / *Felicitas Iulia Olisipo*”. In MATEOS CRUZ, Pedro; MORÁN SÁNCHEZ, Carlos Jesús (eds.) – *Exemplum et Spolia. La reutilización arquitectónica en la transformación del paisaje urbano de las ciudades históricas* (Mytra, Monografías y Trabajos de Arqueología, 7), vol. II. Mérida: Instituto de Arqueología de Mérida, 2020, pp. 483-491.

FERNANDES, Lúcia; FERNANDES, Paulo Almeida – “Entre a Antiguidade Tardia e a Época Visigótica: novos dados sobre a decoração arquitectónica na cidade de Lisboa”. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 17, 2014, pp. 225-243.

FERNANDES, Lúcia; LOUREIRO, Carlos; BRAZUNA, Sandra; SARRAZOLA, Alexandre; PRATA, Sara – “Paisagem urbana de Olisipo: fatias da história de uma cidade”. *Revista Portuguesa de Arqueologia* 18 (2015), pp. 203-224.

FERNANDES, Paulo Almeida – “O sítio da Sé de Lisboa antes da *Reconquista*”. *Artis: Revista do Instituto de História de Arte da Faculdade de Letras de Lisboa* 1 (2002), pp. 57-87.

FERNANDES, Paulo Almeida – “O Claustro da Sé de Lisboa: uma arquitectura cheia de imperfeições”. *Murphy: Revista de História e Teoria da Arquitectura e do Urbanismo* 1 (2006), pp. 18-69.

FERNANDES, Paulo Almeida – “O fim de um tempo; o princípio de outro. *Felicitas Iulia Olisipo* entre romanos, bárbaros e cristãos”. In CACHÃO, Mário; FREITAS, Maria da Conceição (eds.) – *Lisboa Romana Felicitas Iulia Olisipo. O território e a memória*. Lisboa: Caleidoscópio/Câmara Municipal de Lisboa, 2020, pp. 141-149.

FERNANDES, Paulo Almeida; FERNANDES, Lúcia – “Da cidade romana à cidade medieval: “desmonumentalização” e reconfiguração urbana”. In FERNANDES, Lúcia; FERNANDES, Paulo Almeida (eds.) – *Lisboa Romana Felicitas Iulia Olisipo. A capital urbana de um município de cidadãos romanos. Espaço(s) de representação de cidadania*. Lisboa: Caleidoscópio/Câmara Municipal de Lisboa, 2020, pp. 214-231.

GASPAR, Alexandra; GOMES, Ana – “Cerâmicas comuns da Antiguidade Tardia provenientes do Claustro da Sé de Lisboa, Portugal”. In GONÇALVES, Maria José; GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana (eds.) – *X Congresso Internacional a Cerâmica Medieval no Mediterrâneo, Silves, 22-27 de Outubro de 2012*. Silves: Câmara Municipal de Silves, 2015, pp. 851-860.

GASPAR, Alexandra; GOMES, Ana – “Ocupação medieval na Sé de Lisboa”. In FONTES, João Luís Inglês; OLIVEIRA, Luís Filipe; TENTE, Catarina; FARELO, Mário; MARTINS, Miguel Gomes (coord.) - *Lisboa Medieval. Gentes, Espaços e Poderes*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2016, pp. 113-28.

GASPAR, Alexandra; GOMES, Ana – “Pavimentos do espaço público de época romana da Sé de Lisboa”. In FERNANDES, Lúcia; BUGALHÃO, Jacinta; FERNANDES, Paulo Almeida, eds. - *Debaixo dos Nossos Pés. Pavimentos históricos de Lisboa*. Lisboa: Museu de Lisboa, 2017, pp. 116-117.

GASPAR, Alexandra; GOMES, Ana – “As Ruas da Sé de Lisboa”. In FERNANDES, Lúcia; FERNANDES, Paulo Almeida, eds. - *Lisboa Romana Felicitas Iulia Olisipo. A capital urbana de um município de cidadãos romanos. Espaço(s) de representação de cidadania*. Lisboa: Caleidoscópio/Câmara Municipal de Lisboa, 2020, pp. 105-109.

GASPAR, Alexandra; GOMES, Ana – “Resultados das escavações arqueológicas realizadas no Claustro da Sé de Lisboa e o seu contributo para o estudo dos espaços de culto”. Comunicação apresentada no *Colóquio Internacional Reversibilidade dos Espaços Sagrados. Al-Andalus e Mediterrâneo Ocidental (séculos XI-XIII). Reversing Sacred Spaces. Al-Andalus, Western Mediterranean (11th-13th centuries)*, 2 a 4 de Março de 2023, Lisboa.

GOMES, Rosa Varela; GOMES, Mário Varela – “Onde está a mesquita aljama de Lisboa? Da construção de um mito urbano aos equívocos da Arqueologia”. *Portvgália*. Nova Série, 45 (2024), pp. 61-87. DOI: <https://doi.org/10.21747/09714290/port45a5>.

MARINHO, José Rodrigues – “A moeda no Gharb al-Ândalus”. In TORRES, Cláudio; MACIAS, Santiago (coord.) - *Portugal Islâmico. Os últimos sinais do Mediterrâneo*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, 1998, pp. 175-184.

MATOS, José Luís de – “As escavações no interior dos Claustros da Sé de Lisboa e o seu contributo para o conhecimento das origens de Lisboa”. In MOITA, Irisalva (dir.) - *O Livro de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1994, pp. 81-87.

MATOS, José Luís de – “Romanização de Lisboa. Trabalhos arqueológicos na sé de Lisboa”. In *Actas das V Jornadas Arqueológicas*, vol. 1. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 1994, pp. 223-225.

MATOS, José Luís de - *Lisboa Islâmica*. Lisboa: Instituto Camões, 1999.

MATOS, José Luís – “Lisboa islâmica”. In *Actas do Colóquio "Lisboa, encruzilhada de Muçulmanos, Judeus e Cristãos" (850º Aniversário da Reconquista de Lisboa) (Arqueologia Medieval, 7)*. Porto/Mértola: Edições Afrontamento/Campo Arqueológico de Mértola, 2001, pp. 79-87.

PIMENTA, João – “Os primórdios da implementação romana em Olisipo”. In CACHÃO, Mário; FREITAS, Maria da Conceição (eds.) - *Lisboa Romana Felicitas Iulia Olisipo. O território e a memória*. Lisboa: Caleidoscópio, 2020, pp. 112-123.

REAL, Manuel Luís – “285 Imposta”; “286 Baixo-relevo ornamental”. In ARRUDA, Ana (dir.) - *Lisboa Subterrânea*. Lisboa/Milão: Sociedade Lisboa 94 / Electa, 1994, pp. 232-233.

REAL, Manuel Luís – “Inovação e resistência: dados recentes sobre a antiguidade cristã no ocidente peninsular”. In *IV Reunió d'Arqueologia Cristiana Hispànica*. Barcelona: Institut d'Estudis Catalans / Universitat de Barcelona, 1995, pp. 17-68.

SALVADO, Salette Simões; FERREIRA, Seomara da Veiga – “Alguns elementos pré-românicos reutilizados aos paramentos exteriores da Se de Lisboa”. *Revista Municipal*. Lisboa. 2.ª Série, 45:7 (1984), pp. 3-36.

SILVA, Manuel Fialho – *Mutação Urbana na Lisboa Medieval: das Taifas a D. Dinis*. Tese de Doutoramento apresentada na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa: s.n., 2017. Disponível em <http://hdl.handle.net/10451/29987>.

SILVA, Rodrigo de Araújo Martins Banha da – *As «Marcas de Oleiro» na terra sigillata e a circulação dos vasos na península de Lisboa*. Tese de Doutoramento em Arqueologia apresentada à FCSH da Universidade Nova de Lisboa. Lisboa: s.n., 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10362/9472>.

SUMMAVIELLE, Elísio de; BRAGA, Jorge Salazar - *Igreja de Santa Maria Maior: Sé de Lisboa*. Lisboa: Teorema, 1986.

TORRES, Cláudio – “Lisboa muçulmana. Um espaço urbano e o seu território”. In ARRUDA, Ana Margarida (dir.) – *Lisboa Subterrânea*. Lisboa: Instituto Português de Museus, 1994, pp. 80-85.

TORRES, Cláudio; MACIAS, Santiago – “Na região de Lisboa e Santarém”. In *O legado islâmico em Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998, pp. 84-111.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

BUGALHÃO, Jacinta – “Da mesquita à catedral, percurso por um lugar central em Lisboa. *Medievalista* 37 (Janeiro – Junho 2025), pp. 459-491. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).